



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682387 - SC (2021/0232570-3)

**RELATOR** : **MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**

**IMPETRANTE** : JEAN FRANCIESCO CARDOSO GUIRALDELLI E OUTRO

**ADVOGADOS** : ISAAC MATOS PEREIRA - SC002523  
JEAN FRANCIESCO CARDOSO GUIRALDELLI - SC034557

**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**PACIENTE** : FABIANO DE NAZARE GENEROSO (PRESO)

**CORRÉU** : ROGERIO RONALDO MEDEIROS

**CORRÉU** : RODRIGO HENRIQUE DA CONCEIÇÃO PEREIRA

**CORRÉU** : VANESSA PIRES PEREIRA

**CORRÉU** : RUY MORAES VIEIRA

**CORRÉU** : MARCOS VIEIRA FRANCISCO

**CORRÉU** : PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

**CORRÉU** : ADILSON RODRIGUES

**CORRÉU** : CLAITON MARQUES PACHECO

**CORRÉU** : MARCELO FLORIANO

**CORRÉU** : RUBENS RIBEIRO

**CORRÉU** : EDGAR BARRETO MEDEIROS

**CORRÉU** : GABRIEL HENRIQUE VIEIRA

**CORRÉU** : VICTOR BRAZ SOUSA

**CORRÉU** : DIEGO SILVA BOTELHO

**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIANO DE NAZARE GENEROSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5025430-88.2021.8.24.0000/SC).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico, porte ilegal de arma de fogo e lavagem de dinheiro, sobrevindo decisão que converteu a custódia em preventiva.

Posteriormente, foi oferecida denúncia, na qual lhe foram imputados os delitos previstos nos arts. 35 da Lei n. 11.343/2006, e 1º, *caput*, e § 4º. da Lei n. 9.613/1998, na forma do art. 69 do Código Penal.

Os impetrantes sustentam que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da custódia cautelar do acusado.

Alegam que o réu é portador de arritmia cardíaca, integrando o grupo de risco da covid-19, o que reforçaria a ilegalidade de sua segregação antecipada e demonstraria a necessidade de concessão de prisão domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Afirmam que a esposa do paciente deu à luz recentemente, sendo que o

bebê encontra-se internado na UTI neonatal, necessitando de cuidados especiais e da presença paterna.

Argumentam que a autoridade impetrada teria nivelado todos os acusados, deixando de individualizar suas condutas e de demonstrar, concretamente, a necessidade da custódia do paciente, violando o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Requerem, liminarmente, o deferimento da prisão domiciliar com monitoramento eletrônico ao paciente e, no mérito, pugnam pela concessão da ordem para que a custódia seja substituída por medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada também é objeto do HC n. 681.353/SC, cujo pleito liminar já foi indeferido, estando pendente de apreciação, pelo relator, o pedido de reconsideração formulado pelos impetrantes.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.*

*Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.*

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência